



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I DO PREGÃO 16/2020 - ELETRÔNICO

CAPÍTULO I – DO OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento, instalação e reconfiguração de (04) câmeras de monitoramento, para fins de reposição das câmeras danificadas por descarga elétrica, bem como, serviços de aterramento de 5 (cinco) postes metálicos, pertencentes ao sistema de monitoramento por câmeras no prédio-sede deste Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo nº 23, Parque dos Poderes, em Campo Grande – MS, em conformidade com os elementos técnicos fornecidos em anexo a este Termo de Referência.
2. A aquisição desses materiais e serviços será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, para aquisição imediata, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.
- 3.. Os elementos técnicos fornecidos e este Termo de Referência são complementares entre si.

Anexo	Assunto / Referência
I-A	Projeto de aterramento do Poste metálico

CAPÍTULO II – JUSTIFICATIVA

1. A reposição das câmeras, queimadas em virtude de descarga elétrica, faz-se necessária para eficiência completa do sistema de monitoramento por câmeras do prédio-sede que foi implantada recentemente, pois objetiva o aprimoramento da segurança patrimonial e de pessoas, mediante o registro de imagens em vídeo, a serem utilizadas para monitoramento reativo (situação inicial).

CAPÍTULO III – DOS PREÇOS MÁXIMOS E DO DETALHAMENTO DO OBJETO

1. O objeto da presente contratação é o fornecimento, a instalação/ reposição de 4 (quatro) câmeras externas, descritas abaixo, e os serviços de aterramento dos 5 (cincos) postes metálicos onde estão instaladas essas câmeras.
2. A execução do objeto da contratação compreende:
 - a) o fornecimento dos equipamentos;
 - b) a instalação, a conexão e a configuração de 4 (quatro) câmeras ao sistema de monitoramento existente;
 - c) prestação de garantia total das câmeras, pelo prazo de 1 (um) ano;

d) fornecimento dos materiais necessários aos serviços de aterramento dos postes metálicos;

e) fornecimento de ART dos serviços de aterramento dos postes metálicos.

3. Os materiais, os equipamentos e o serviços a serem fornecidos pela empresa deverão atender às especificações indicadas nos quadros abaixo e nos elementos técnicos da contratação, bem como serem similares em características e padrão de qualidade aos produtos e/ou às marcas de referência indicados e **SEREM COMPATÍVEIS COM OS EQUIPAMENTOS DA MARCA DAHUA, JÁ INSTALADOS NESTE TRIBUNAL.**

EQUIPAMENTOS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca / modelo de referência	Preço unitário máximo (R\$)	Preço total máximo (R\$)
01	Câmera IP; tipo BULLET (bala); lente de, no mínimo, 3.6mm, e, no máximo, 4.00mm; ângulo de visão horizontal de, no mínimo, 65°; resolução FULL HD, 1080p, 3.0 Mp (mínimo); dispor de sensores infravermelhos que viabilizem a gravação de imagens mesmo na ausência de iluminação natural ou artificial, com alcance de, no mínimo, 15 (quinze) metros; ser compatível com PoE (alimentação elétrica pelo mesmo cabo de dados), para área externa, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE REPOSIÇÃO E CONFIGURAÇÃO DAS CÂMERAS.	Un	04	Dahua ou Intelbras	1.000,00	4.000,000

SERVIÇOS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca / modelo	Preço unitário máximo (R\$)	Preço total máximo (R\$)
	Serviços de aterramento					

02	dos 5 (cinco) postes instalados (incluir aproximadamente 20 metros de Cabo de cobre nu, 35 milímetros, conector, 05 Valas de 2,5m x 30cm x 50 cm, solda Exotérmica em contato com a malha SPDA	serviço	05		1.000,00	5.000,00
----	--	---------	----	--	----------	----------

3.1. A indicação de produto e/ou marca de referência não consiste na preferência por marca, vedada na Lei de Licitações, sendo aceita a oferta de material ou equipamento similar, desde que observado o disposto na cláusula 3.

3.2. É de responsabilidade da empresa proponente a comprovação da similaridade do produto ofertado com aquele indicado como referência.

3.3. As especificações dos equipamentos e dos materiais indicadas nos elementos técnicos anexos são complementadas/ajustadas pelo disposto nos quadros da cláusula 3 acima, prevalecendo, em caso de divergência, as indicadas neste Termo de Referência.

3.4. A empresa deverá indicar em sua proposta a marca e/ou modelo, conforme o caso, dos materiais e equipamentos que irá fornecer.

3.4.1. A empresa deverá encaminhar, em anexo a sua proposta de preços, catálogo, folder, ou outro documento similar em que possam ser verificadas as especificações dos materiais, detalhes técnicos dos equipamentos ofertados.

3.4.2. O envio dos documentos indicados na cláusula 3.4.1 poderá ser substituído pela indicação de endereço de internet, onde as informações possam ser obtidas.

3.6. Todos os materiais e equipamentos fornecidos deverão ser novos e de 1º uso.

3.7. A Empresa deverá comprovar o recolhimento do Imposto de Importação dos equipamentos, se for o caso.

4. A(s) empresa(s) contratada(s) deverá (ão) executar os seguintes serviços, dentre outros necessários à perfeita consecução do objeto desta contratação:

a) o aterramento dos postes metálicos, incluindo as intervenções no imóvel para passagem de dutos, cabos, etc., e a recomposição das áreas do imóvel que sofrerem tais intervenções (fechamento de alvenaria, etc.);

b) a instalação, a conexão e a configuração das 4 câmeras a serem repostas;

5. Os equipamentos deverão ter garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeito de fabricação, a partir do aceite da Nota Fiscal pela contratante. Se houver necessidade de substituição de peças, será facultado à contratada a substituição do equipamento/peça defeituoso por outro igual ou superior (novos);

6. Considera-se a empresa proponente como especializada no objeto da contratação, devendo prever em sua proposta as eventuais complementações de materiais, equipamentos e serviços que identifique necessárias para a perfeita execução do objeto.

7. Em caso de dúvidas, eventual inconsistência entre os elementos técnicos fornecidos, identificação de situação fática que inviabilize a execução do projeto como elaborado ou que possa comprometer a perfeita funcionalidade do sistema, dentre outras ocorrências similares, a empresa proponente / contratada deverá consultar o contratante / a fiscalização.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DAS CÂMERAS E ATERRAMENTO DOS POSTES METÁLICOS

1. O prazo máximo para a entrega, execução da instalação e configuração das 4 (quatro) câmeras a serem repostas, é de 10 (dez) dias, contados a partir da solicitação da fiscalização.

2. O prazo máximo para a execução do aterramento dos 5 (cinco) postes metálicos é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho e/ou da solicitação da fiscalização.

3. Serão excluídos do cômputo do prazo os dias relativos a providências a cargo do TRE/MS, que tenham influência sobre a execução do objeto, como exemplos: análise de questionamentos formulados pela contratada, liberação de área do imóvel para execução de serviços, etc.

4. Caso a contratada verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de execução estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para conclusão.

4.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

4.2. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se a empresa da decisão proferida.

4.3. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de execução, e caso não cumpra o prazo inicial, a contratada ficará sujeita às penalidades previstas para atraso na entrega.

5. O recebimento provisório será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação da contratada ao contratante da conclusão da instalação das câmeras e do aterramento dos postes, mediante, as seguintes verificações, conforme o caso:

- a) quantidade de equipamentos entregues/instalados;
- c) configuração dos equipamentos;
- d) acesso às imagens gravadas;
- e) entrega da ART do aterramento dos postes metálicos;
- h) apresentação do documento fiscal;

5.1. Atendidas as condições indicadas na cláusula 2 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

6. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) compatibilidade dos materiais e equipamentos entregues com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa contratada;

7. Verificada alguma falha na execução, será feito o registro formal e informado à empresa contratada, para que proceda a sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO V – DA VISITA E VISTORIA

1. Fica facultado às empresas interessadas em oferecer proposta **VISITAR e VISTORIAR** o local onde será instalado / reposto as câmeras de segurança e os postes para aterramento, cujo objetivo é proporcionar o conhecimento necessário à elaboração da proposta de preço.

1.1. Para a realização da vistoria, as empresas interessadas deverão agendar a visita junto Núcleo de Segurança Institucional da Secretaria de Administração e Finanças do Tribunal, por meio do telefone (67) 2107-7197 ou 2107-7198, com o servidor: Ismael Borges/ Márcio Christenes da Silva ou Flávia Tomigawa, de 2ª a 6ª-feira, das 13h às 17h.

2. Caso haja dúvidas quanto ao objeto da contratação, a empresa deverá entrar em contato com o servidor indicado acima, para obter as informações necessárias para a elaboração da proposta.

3. Considerando que a visita e a vistoria são faculdades da empresa interessada, não será fornecido pelo TRE/MS comprovante de sua realização.

4. A participação na licitação a ser realizada para a contratação do objeto deste Termo de Referência implica na aceitação das condições aqui fixadas e na admissão pela empresa proponente de que os elementos fornecidos pelo TRE/MS foram suficientes para o correto dimensionamento dos materiais e equipamentos a serem fornecidos e dos serviços a serem prestados.

CAPÍTULO VI – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços realizar-se-ão por representante da administração, especialmente designado na forma dos artigos 67 e 73 da Lei n. 8.666/93, do art. 6º do Decreto n. 2.271/97 e do art. 29 da Resolução TSE n. 23.234/10.

1.1. As relações entre o Tribunal e a empresa contratada, serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

2. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução do objeto da contratação, tendo plenos poderes para decidir sobre questões relacionadas à parte técnica dos serviços, em função das disposições deste Termo de Referência e do Contrato, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolarem as previsões do contrato e do Termo de Referência.

3. A Fiscalização contará com o apoio de unidades do TRE/MS no que se refere a aspectos técnicos do objeto da contratação, tais como os relacionados à área de engenharia.

4. São atribuições da Fiscalização:

- a) acompanhar a execução do objeto da contratação;
- b) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, solicitando a imediata correção por parte da contratada;
- c) exercer, em nome do TRE/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada;
- d) comunicar a Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da execução dos serviços e/ou aplicação de penalidades previstas;
- e) realizar os recebimentos provisório e definitivo do objeto da contratação;
- f) atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

g) outras atribuições pertinentes a contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VII – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

Emissão da nota fiscal

2. O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal ou Fatura pela Contratada, em conformidade com a legislação tributária, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante apresentação dos documentos de regularidade exigidos na lei de licitações.

2.1. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da Nota Fiscal, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012, alterada pela IN da SRF n.º 1.244/12.

Pagamento da nota fiscal

3. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta corrente indicada pela Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, e ocorrerá em até 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização.

4. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

- a) a Fiscalização fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto da contratação e, após, fará o encaminhamento à Seção de Finanças da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade para efetivação do pagamento à contratada;
- b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da documentação proveniente da fiscalização;

5. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

6. Serão retidas na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, as alíquotas dos seguintes impostos:

- a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor devesse comprovar a Opção;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela

Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N xVP, onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

8. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CAPÍTULO VIII – DOS DIREITOS E DOS DEVERES DA CONTRATADA

1. Fornecer os materiais e os equipamentos componentes do sistema, em conformidade com o disposto nos elementos técnicos, que deverão ser todos novos e de 1ª qualidade.
2. Substituir o objeto entregue em desacordo com as especificações contidas neste instrumento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo máximo de entrega ou a partir da data do recebimento da comunicação expedida pela fiscalização, caso esta contagem seja mais favorável à contratada.
3. Executar os serviços necessários à implantação do sistema, com observância das normas técnicas aplicáveis.
4. Durante a execução dos serviços, todas as superfícies acidentalmente atingidas, e que não estiverem envolvidas diretamente com os serviços, deverão ser recuperadas, sendo utilizado material idêntico ao existente no local, procurando obter perfeita homogeneidade com as demais superfícies circundantes.
5. Todos os danos causados às instalações por elementos ou funcionários da contratada deverão ser reparados sem ônus para a contratante.
6. Os locais afetados pelos serviços deverão ser mantidos e entregues pela contratada em perfeito estado de limpeza e conservação, devendo ser providenciado, ainda, o devido isolamento da área de trabalho a fim de garantir a segurança das pessoas e do patrimônio do Tribunal e de terceiros.
7. Todos os entulhos e sobras de materiais provenientes do serviço executado deverão ser retirados pela contratada.
8. Solicitar ao contratante esclarecimento ou informação complementar, objetivando a perfeita execução do objeto da contratação.
9. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
10. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do objeto, sendo de inteira responsabilidade da empresa a contratação de

funcionários necessários a perfeita execução do serviço.

11. Afastar imediatamente após a comunicação, sempre que exigido pela Administração e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do Contratante ou ao interesse do Serviço Público, ou ainda entendida como inadequada para prestação dos serviços. A substituição do prestador de serviços afastado deverá ser efetuado em no máximo 5 (cinco) dias úteis;

12. Utilizar mão de obra capacitada para a execução dos serviços;

13. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

14. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

15. Relatar à fiscalização do contrato toda e qualquer irregularidade observada na prestação dos serviços;

16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto da presente contratação, sem prévia e expressa anuência do contratante;

17. Atender prontamente as exigências da Administração inerentes ao objeto do contrato;

18. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto da presente contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado;

19. Responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da contratada ou de quem em seu nome agir;

20. Responsabilizar-se pela conduta do empregado que for incompatível com as normas do contratante, tais como: cometimento de ato desidioso, negligência, omissão, falta grave, violação do dever de fidelidade, indisciplina no descumprimento de ordens gerais;

21. Receber os valores que lhe forem devidos pela execução do objeto, na forma disposta neste Termo de Referência.

CAPÍTULO IX – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

1. Exercer a fiscalização da execução do objeto da contratação por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8666/93;

2. Proporcionar as facilidades e prestar as informações para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas deste Termo de Referência e do Contrato, dos documentos que o acompanham e da legislação pertinente e em vigor;

3. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas para a presente contratação;

4. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

5. Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;

6. Registrar as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;

7. Aplicar à contratada penalidades por descumprimento deste Termo de Referência e de cláusulas contratuais;

8. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e no contrato;

CAPÍTULO X – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por dia de atraso no fornecimento de material e/ou prestação do serviço, em caso de atraso superior a 5 dias, contado desde o primeiro dia de atraso e limitada ao montante de 20% (vinte por cento) correspondente a 40 (quarenta) dias. Após o quadragésimo dia de aplicação de multa, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;
- b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por falha ou defeito no fornecimento dos materiais e / ou prestação dos serviços não solucionado, após devida notificação pela fiscalização;
- c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, caso não queira receber nota de empenho, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;
- d) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, caso a entrega dos produtos e/ou prestação de serviços esteja em desacordo com o contratado, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;
- e) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, no caso de desatendimento de demais cláusulas do Termo de Referência, ou de ordens da fiscalização;
- f) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por ocorrência, no caso de atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) para pagamento
- g) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, se a fornecedora negar-se a fornecer os materiais e/ou prestação de serviços solicitados sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste Termo de Referência, levar o TRE/MS

ao cancelamento da contratação, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não manter a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato

5. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar e contratar com a União, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o TRE/MS, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevenido.

5.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o TRE-MS pelos prejuízos eventualmente causados.

6. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

6.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

6.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

7. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

7.1. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação do ato.

8. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 6.



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 07/04/2020, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0818383** e o código CRC **05045EE8**.